

LUGAR DE (RE)EXISTIR: RELATO DE EXPERIÊNCIA DE UMA PROFESSORA NA COORDENAÇÃO DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE GÊNERO E ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES ROBeyONCÉ LIMA (PE)

Thais Carvalho Alves¹

Iran Melo²

RESUMO

A violência de gênero é amplamente noticiada nas mídias e monitorada por instituições governamentais e movimentos sociais. Paradoxalmente observa-se forte resistência de setores conservadores da sociedade à inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas políticas e currículos educacionais. Neste cenário, a Secretaria da Mulher desenvolve com a Secretaria de Educação de Pernambuco, desde 2016, iniciativas como os Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (NEGs). Estes objetivam realizar ações de informação, formação e pesquisa em gênero e educação. Mobilizam profissionais e estudantes a partir da reflexão sobre temas relacionados às desigualdades e violências de gênero. O presente trabalho apresenta um relato de minha experiência como professora de língua portuguesa coordenando há dois anos o NEG Robeyoncé Lima, na Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Trajano Chacon em Recife. Para tanto, tomo como conceito base deste trabalho a concepção de gênero que se define, segundo Butler (2023), sob uma perspectiva não essencialista, performativa e crítica. Partindo dessa ótica, o NEG de nossa escola promove formação de seus profissionais; desenvolve e contribui com projetos integrados; realiza encontros e atividades pedagógicas com estudantes sobre as temáticas focais desses núcleos numa perspectiva interseccional; promove eventos que articulam docentes e discentes com redes de ativismo, universidades, Secretarias de Educação e da Mulher; bem como acolhe estudantes e familiares. Os NEGs revelam-se espaços de resistência e acolhimento para toda comunidade escolar. Contudo, enfrentam barreiras atitudinais, infraestruturais e institucionais: as atitudinais refletem a misoginia e a homotransfobia estruturais; as infraestruturais impõem a

¹ Graduanda em Letras pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), thaisalves17@email.com;

² Doutor pela Universidade de São Paulo (USP), professor da UFRPE, iranmelo@email.com.

itinerância das atividades aos espaços e horários contingentemente disponíveis; as institucionais, nos subjugam à insegurança em relação à manutenção da política, garantida apenas por termo de cooperação entre aquelas secretarias. Essas e outras informações, articuladas com minha visão de mulher, docente e ativista social, comporão este estudo.

Palavras-chave: Núcleo de Estudos de Gênero, Gênero, Violência de Gênero.

INTRODUÇÃO

O presente artigo apresenta um relato de minha experiência como professora de língua portuguesa coordenando, desde 2023, o Núcleo Robeyoncé Lima de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, na Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Trajano Chacon em Recife-PE. O trabalho objetiva relatar as experiências vivenciadas nesta coordenação e analisar os desafios enfrentados, à luz de Judith Butler (2023) e Guacira Lopes Louro (2011, 2024), cujas abordagens dão conta da noção de gênero sob uma perspectiva não essencialista e performativa.

Para melhor compreender o contexto de violência em que essa temática se insere, importa levar em consideração alguns dados, que serão apresentados a seguir. Segundo o Relatório Anual Socioeconômico da Mulher – Raseam – (Brasil, 2025), em 2023, registraram-se 302.856 notificações de violência doméstica, sexual e outros tipos de violência contra mulheres. Em 76,6% dos eventos, homens são os principais agressores, entre os quais 67% eram companheiros ou ex-companheiros das vítimas (Brasil, 2025). Só em Pernambuco, no ano de 2024, a Secretaria de Segurança Pública (SDS-PE) apontou 55.222 ocorrências de violência doméstica contra mulheres. A SDS-PE também contabilizou 2.660 estupros contra vítimas maiores de 14 anos em 2024 (Pernambuco, 2025).

Quanto às mortes violentas de mulheres no Brasil, de acordo com o Raseam, de 2015 a 2024, foram notificados 41.309 assassinatos, sendo 11.650 feminicídios (Brasil, 2025). As Regiões Norte e Nordeste têm as taxas mais elevadas desse tipo de crime em comparação às regiões Sul e Sudeste (Brasil, 2025). Apenas em Pernambuco, no ano de 2024, 72 feminicídios foram investigados pela SDS-PE (Pernambuco, 2025).

Além disso, de acordo com o Atlas da Violência (Cerqueira e Bueno, 2024), 8.028 pessoas dissidentes sexuais e de gênero sofreram algum tipo de violência no Brasil, indicando uma elevação de 39,4% em relação a 2021, quando foram contabilizados 5.759 casos.

Com relação à identidade de gênero, considerando travestis, homens e mulheres trans, o Atlas aponta 4.170 vítimas de violência em 2022. Assim como acontece com mulheres cisgênero, o padrão do agressor homem se repete em 70,9% dos registros (Cerqueira e Bueno, 2024).

De acordo com o Dossiê da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) de 2024 (Benevides, 2025), foram identificados 122 assassinatos de pessoas trans e travestis (sendo 117 contra travestis e mulheres trans e 5 contra homens trans e pessoas transmasculinas). A região nordeste concentrou 49 homicídios (41%), seguida, da região sudeste com 41 crimes dessa categoria (34%). Pernambuco foi responsável por 8 deles (Benevides, 2025). 2024 é o primeiro ano da série histórica, iniciada 2008, em que o número de registros ficou abaixo da média de 125 assassinatos por ano.

Nesse contexto, com fundamentação em dados sobre as violações motivadas pelo ódio às diferenças de gênero, bem como nas inquietações sociais geradas pela persistência desses crimes, justifica-se a necessidade da existência dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres (NEGs).

Os primeiros NEGs surgiram em 2010, de acordo com Silva (2015), como desdobramento da implementação da Política de Produção de Conhecimento, Informação e Formação em Gênero coordenada pela Secretaria da Mulher do Estado de Pernambuco, que, desde 2007, desenvolvia ação educativa para fortalecer o combate à violência contra mulheres.

A partir de 2016, os NEGs se estabelecem enquanto política pública, implementada por meio de termo de cooperação conjunta firmado entre a Secretaria da Mulher e a Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco. Essa iniciativa mobiliza profissionais e estudantes, objetiva a realização de ações de formação e pesquisa em gênero e educação.

Os NEGs estão em todas as Regiões de Desenvolvimento do estado. De acordo com um levantamento da Unidade de Educação para as Relações de Gênero e Sexualidade (UNERGS),

da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, até maio de 2025, estavam consolidadas 256 unidades³. Trata-se, portanto, de uma política exitosa que se expande desde sua instituição.

No desenvolvimento de suas atividades, os NEGs estabelecem conexões com movimentos sociais. Neste contexto, encontro-me com os núcleos. Em 2023, a associação de mães de pessoas LGBTQIAPN+, em que atuava, realizou uma série de atividades com NEGs de Recife. Percebi, então, enquanto ativista e professora de língua portuguesa, a importância dessa iniciativa para emancipação social de discentes e docentes. No mesmo ano, inicio o trabalho na Escola de Referência em Ensino Médio Jornalista Trajano Chacon, e motivada por essas experiências, reativo o NEG desta unidade de ensino.

Neste relato de experiência, dedico-me a registrar ações realizadas no NEG Robeyoncé Lima com a finalidade de documentá-las, bem como refletir sobre tais ações e a sua relevância para emancipação social de estudantes e professoras/es.

METODOLOGIA

Este trabalho é um relato de experiência de natureza qualitativa (Richardson, 2012), narrativa e descritiva dos últimos dois anos na coordenação do NEG Robeyoncé Lima. A coleta de dados foi realizada por meio de observação participante (Richardson, 2012), através de registros em diário de bordo realizados logo desse período.

Neste relato, evito dados sensíveis, de modo a preservar o completo anonimato das pessoas envolvidas. Aqui, com a mesma finalidade, não são usadas imagens de estudantes ou professores. De acordo com Iara Guerreiro (2006, p. 61-62), tratar questões sensíveis (como violência ou temas íntimos como a sexualidade) implica “questões éticas distintas daquelas referentes à abordagem de temas públicos”. Entre os aspectos éticos que ela recomenda serem observados estão: a garantia do anonimato durante a realização da pesquisa e na divulgação de resultados, além da utilidade do conhecimento produzido para o grupo estudado, em consonância com a Resolução nº 466, do Conselho Nacional de Medicina (Brasil, 2012). Em adição, Guerreiro (2006) destaca que o anonimato influi na qualidade da informação à qual o/a pesquisador/a terá acesso.

³ As informações foram compartilhadas pela coordenação da UNERGS. Toda equipe tem colaborado com esse estudo, por isso, agradecemos, em especial, a Dayanna Louise dos Santos pela parceria e diligência.

O rigor metodológico e a ética da pesquisa são indissociáveis da integridade e bem-estar dos participantes da pesquisa (Brasil, 2012), já que o/a pesquisador/a é responsável ou corresponsável por eles. O recorte metodológico foi, em parte, determinado pela escuta ativa das/os discentes que declaram ter receio de possíveis represálias por parte de membros da família em razão de sua participação nas atividades propostas pelo NEG. Por isso, por exemplo, as/os estudantes evitam participar de atividades que possam visibilizar suas identidades ou posicionamentos, assim também negam registros fotográficos. Até mesmo temáticas relacionadas à violência doméstica são vistas com desconfiança por membros da comunidade escolar. Verifica-se forte resistência de setores conservadores da sociedade quando o tema é gênero, mesmo quando a temática está ligada à prevenção da violência contra mulheres e meninas. Desse modo, para garantir o bem-estar e segurança das/os participantes, opta-se pelo anonimato, decisão esta que está atrelada à não publicização de imagens.

REFERENCIAL TEÓRICO

Este trabalho objetiva relatar as experiências vivenciadas ao longo dos dois anos de coordenação do NEGs Robeyoncé Lima e analisar os desafios enfrentados, à luz de Judith Butler (2022, 2023) e Guacira Lopes Louro (2011, 2024), cujas abordagens dão conta da noção de gênero sob uma perspectiva não essencialista e performativa.

Gênero e sexualidade têm atraído a atenção de vários setores da sociedade pelo menos nos dois últimos séculos. Hoje essas categorias são alvo de controle e vigilância por diferentes instituições. A escola, mesmo desafiando sua vocação normatizadora, aborda o tema transversalmente em seus currículos, desde 1998 (Brasil, 1998). Contudo, a perspectiva da abordagem de gênero e sexualidade permanece identitária, binária, centrada numa oposição que pressupõe o outro como oposto subordinado, que coloca a heterossexualidade num lugar de naturalidade e supervalorização, apontando diferenças como desviantes e abjetas. Contudo, se pretendemos uma educação emancipadora, precisamos, urgentemente instá-la a observar os processos culturais que permitiram que uma determinada identidade fosse admitida como “legítima e não-problemática e as demais como diferentes e desviantes” (Louro, 2011, p.65).

Para tanto, o conceito de gênero será definido, segundo Judith Butler (2023), sob uma perspectiva não essencialista, performativa e crítica. A filósofa compreende gênero como “culturalmente construído: consequentemente, não é nem o resultado casual do sexo nem tão aparentemente fixo como o sexo” (Butler, 2023, p. 26). Gênero é uma forma comum e frequente

pela qual o gestual, os movimentos e estilos corporais diversos produzem a ficção de um “eu” que recebe o carimbo de gênero (Butler 2023). Ele não existe a priori, é antes uma fabricação (Butler, 2023). Contudo, essa ficção cultural é “punitivamente regulada” (Butler, 2023, p.241). Observa-se que a escola tem sido cenário das punições e ensaia ser espaço de liberdade para performar gênero.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A violência de gênero é amplamente noticiada nas mídias e monitorada por instituições governamentais e movimentos sociais. Paradoxalmente observa-se forte resistência de setores neoconservadores à inclusão das temáticas de gênero e sexualidade nas políticas e currículos educacionais. De acordo com Junqueira (2018), não por acaso, a escola tem sido alvo de ofensivas de movimentos antigênero, já que ali, atacando a atividade docente e os currículos, grupos como a Escola sem Partido, disseminam seus valores em busca de conquistar um espaço político e angariar apoio, sempre utilizando como método a instalação do pânico moral.

É nesse ambiente de permanente tensão de cosmovisões, que a política dos Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres nasce e também o NEG Robeyoncé Lima atua. Este promove formação com professoras/es e outros profissionais da escola; participa e desenvolve projetos integrados; realiza encontros e atividades pedagógicas com estudantes sobre temáticas relacionadas a gênero e sexualidade; promove eventos que articulam docentes e discentes com redes de ativismo, universidades, Secretarias de Educação e da Mulher; bem como acolhe estudantes e familiares. Embora enfrente barreiras atitudinais, infraestruturais e institucionais, os NEG se revelam espaços de resistência e acolhimento para toda comunidade escolar.

O projeto do NEG Robeyoncé Lima começou a ser gestado em julho de 2023, quando iniciei minhas atividades na EREM Jornalista Trajano Chacon. Conversei com a gestão que compreendeu a importância de reativar o núcleo estudos de gênero da escola, que, naquele momento, encontrava-se sem nome e também precisava de um novo projeto para voltar a funcionar. Após algumas semanas, conhecendo a escola, compreendendo as necessidades das comunidades que a compõem, já em agosto de 2023, apresentei a ideia do núcleo para professoras/es e estudantes. Alguns se interessaram pelo tema, mas outros, mesmo declarando

a importância dele, não se engajaram na proposta. Junto com professora de química, Elizângela Sena, e estudantes, iniciamos os primeiros esboços do projeto.

As ações inaugurais foram rodas de conversa com as/os educadoras/es sobre conceitos básicos relacionados às concepções de sexualidade, sexo e gênero; discutimos temas relevantes para a comunidade escolar como uso do banheiro, de acordo com gênero com o qual a pessoa se identifica, e marcos legais sobre direitos das populações LGBTQIAPN+, como a utilização do nome social; realizamos estudos de casos, refletindo sobre situações ocorridas em nossa unidade de ensino.

Após estes primeiros momentos, sempre que há alguma dúvida sobre condutas relacionadas a gênero ou sexualidade, as/os docentes procuram o NEG para discutir o caso e pensarmos juntos em formas de conduzir a questão. Contudo, as/os estudantes frequentemente relatam que não deixamos de ter problemas em relação, por exemplo: ao não uso do nome social destes e destas por parte de colegas e professoras/es, assim também o emprego do nome social ao lado do nome constante na certidão de nascimento da/do jovem (chamado nome morto) nos registros escolares e no Sistema de Informações da Educação de Pernambuco (Siepe).

Sobre este último caso, importa destacar que relatamos o problema aos profissionais responsáveis pela secretaria da escola e até à Gerência de Ensino. Todos alegam ser aquele um problema de programação do Siepe, de difícil solução. Aliás, esta é uma queixa também de outras coordenadoras/es, de outros NEG's. Ela está entre os principais desafios que gostaríamos de ver superados. Afinal, o direito ao uso do nome social não é tão recente, sobre ele já há o Decreto Nº 35.051/ 2010, que dispõe sobre inclusão e uso de nome social de travestis e transsexuais nos registros relativos ao serviço público no estado de Pernambuco (Pernambuco, 2010); posteriormente a Lei Estadual nº 17268/2021 estende esse direito além das instituições de educação da rede pública também às da rede privada (Pernambuco 2021).

O uso do “nome morto” no âmbito burocrático das atividades docentes é uma das condutas discriminatórias enfrentadas por jovens dissidentes de gênero, autorizadas pela ausência de práticas pedagógicas que visibilizem positivamente e celebrem a cultura da diversidade. Estes fatores são apontados por estudantes como razões para evasão escolar. Afinal, se, nas instituições de ensino, suas existências não são sequer nomeadas, como resistir? Verifica-se, assim que professoras/es estão confusas/os até sobre como nomear as/os estudantes. Para Guacira Lopes Louro (2024), a escola atravessa uma imensa crise que não se limita ao reconhecimento da multiplicidade das identidades de gênero e sexual. A autora afirma que o

verdadeiro desafio está em compreender a impossibilidade de lidar com as posições de gênero e sexuais apoiadas em esquemas binários; mas também em admitir que as fronteiras vêm sendo atravessadas e – o que é ainda mais complicado – que o lugar social no qual alguns sujeitos vivem é a fronteira” (Louro, 2024, 27-28).

Construir uma cultura acadêmica que supere a matriz cultural de gênero binária (Butler, 2023) é um dos desafios da escola. Não é tarefa nem fácil nem rápida, bem como talvez nunca seja concluída. A homotransfobia é institucional, como o racismo e a misoginia, assim ela se repete e replica, pois há estrutura e apoio de parte da sociedade que garantem a sua persistência. Precisamos também insistir, repetir e repetir ações afirmativas até que se construa uma cultura de respeito à juventude, ao momento/espço de construção de sua identidade ou ao direito de existir “na fronteira”. Entre outros instrumentos sociais relevantes, os NEGs estão colaborando para fomentar uma cultura socialmente emancipadora e de resistência na escola.

O NEG Robeyoncé Lima planeja suas ações tendo em vista as habilidades e competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular BNCC (Brasil, 2018) e no Organizador Curricular por Trimestre, da Educação de Pernambuco (Pernambuco, 2025), articulando-as às demandas da comunidade escolar bem como ao calendário de atividades das referidas secretarias de estado que são responsáveis pelos NEGs. Assim, desenvolvemos e contribuímos com projetos integradores envolvendo os componentes de língua portuguesa, educação física, biologia, arte, história, sociologia. Como exemplos dos projetos desenvolvidos temos os jogos internos e as festividades de São João de 2023, 2024 e 2025 realizados em colaboração com a professora Eliana Vieira, de educação física. A proposta didática buscou respeitar as diferentes expressões de gênero de nossas/os estudantes. Em outras palavras, as dinâmicas e atividades foram organizadas não de acordo com o sexo, mas com os interesses e necessidades dessa juventude, respeitando as suas identidades de gênero e principalmente as habilidades de cada jovem.

Entre os projetos desenvolvidos ao longo desses dois anos de atividade, destaco aquele realizado em alusão à Semana Nacional de Valorização da Mulher, cujo objetivo principal foi a visibilização e reflexão sobre as trajetórias de resistência de mulheres pernambucanas e brasileiras nas artes, na política, na ciência. Importa registrar algumas culminâncias. Em uma delas, ocorreu uma homenagem a mulheres pernambucanas por sua trajetória de luta e palestra com as homenageadas: Robeyoncé Lima (advogada, ativista, ex-deputada estadual, mulher negra e trans, dá nome ao nosso NEG); Sônia Carvalho (professora, atriz, roteirista, diretora de

teatro, mulher branca e cis), Betânia Salustiano (fazedora de cultura, instrumentista, bailarina popular, vice presidenta do Maracatu Piaba de Ouro, mulher negra e cis); Francis Souza (atriz, figurinista, mestra de frevo, fundadora do grupo de frevo Brincantes das Ladeiras, mulher negra e cis). Trazer à escola mulheres que fazem a cultura, a educação e a política do nosso estado é um modo de aproximar a nossa juventude das diferentes “mulheridades”, de suas realizações e existências transformadoras. Sobre essa atividade, enfatizo a identificação da comunidade com as homenageadas e suas lutas. Essa identificação foi demonstrada através de gestos simples como conversas interessadas com as convidadas, da entrega de presentes simbólicos e dos pedidos para fazer registros fotográficos (os quais sinto não trazer aqui).

Também como parte das atividades desta semana, as/os estudantes desenvolveram projetos audiovisuais, minibiografias escritas e encenadas de mulheres como Lia de Itamaracá, Clarice Lispector, Maria da Penha, Conceição Evaristo, Marielle Franco, Gal Costa.

A violência contra mulheres é um fenômeno persistente e multifacetado, este, além de ferir seus corpos ou eliminá-las, apaga as histórias e contribuições de muitas mulheres às ciências, às artes, à política. No projeto da Semana Nacional de Valorização da Mulher, a estratégia de resistência às violências impostas a elas foi a de visibilização e valorização das mulheres importantes no cenário nacional. Nossas estudantes lideraram equipes de pesquisa em suas turmas, organizaram apresentações, escreveram roteiros, dirigiram e atuaram em pequenos projetos audiovisuais que contavam as histórias de luta de mulheres escolhidas por elas para representar tantas outras que ainda permanecem invisíveis ou foram aniquiladas. Não esqueceremos de Clarice Lispector fumando um lápis, falando com seu peculiar sotaque, “encarnada” por uma das minhas mais tímidas alunas; Maria da Penha, retratada ainda com olho roxo para não esquecermos que muitas Marias penam todos os dias; Gal Costa belíssima e viva para sempre na garota magrinha com flor no cabelo e barriga de fora; Marielle Franco foi a escolha de uma adolescente negra, lésbica e periférica que é uma de suas sementes.

Então, sim. Os núcleos de estudos de gênero despontam como lugares para a teimosia de existir, reexistir e resistir em uma sociedade misógina e cisheteronormativa.

Outro campo de atuação do NEG Robeyoncé Lima, ao qual dedicamos especial atenção, é a acolhida de estudantes e familiares. A violência doméstica, de gênero e homotransfóbica está sempre na pauta das conversas privadas ou em pequenos grupos com estudantes e familiares que nos procuram para ter um espaço de escuta. São tristes relatos, cujo sigilo preciso salvaguardar. No entanto é relevante registrar, a existência dessas situações e de nossas ações,

junto com a gestão e a psicóloga escolar, no sentido de dar os encaminhamentos devidos, seja recorrendo às instâncias apropriadas para resolução ou mitigação de violações sofridas, seja indicando à família ou a/o jovem o fluxo de atendimentos nos equipamentos da saúde ou da justiça. A nós cabe, em especial, a escuta e o acolhimento, que muitas vezes, na família, não é possível naquele momento. Reservo-me o direito de dizer aqui o quanto é dolorida e, muitas vezes, solitária essa tarefa.

Confrontando os relatos, é possível confirmar que o NEG Robeyoncé Lima e outros enfrentam três principais barreiras, a saber: (1) as atitudinais que refletem a misoginia e a homotransfobia estruturais; (2) as infraestruturais que impõem a itinerância das atividades aos espaços e horários contingentemente disponíveis; (3) as institucionais que nos subjugam à insegurança em relação à manutenção da política, garantida apenas por termo de cooperação entre as Secretarias da Mulher e de Educação.

Microcosmo da sociedade e de seus problemas, a escola vive um paradoxo: ao mesmo tempo em que é cenário das violências motivadas por ódio às diferenças de gênero, vocalizadora de discursos de ódio, espaço de conflitos (revelando que as barreira atitudinais são as mais difíceis de transpor); mesmo diante dessas adversidades estruturais e institucionais, talvez por causa delas, a escola também se revela espaço de resistência e acolhimento. Nos NEGs, estudantes e professoras/es encontram estratégias e espaços para serem quem são e construir um mundo em que suas existências tenham valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este relato documenta as experiências de uma docente na coordenação de um Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e tece reflexões sobre tais vivências, apontado o paradoxo de atuar em um ambiente escolar que ainda reflete as violências de gênero estruturais da sociedade, responsáveis por edificar as barreiras comportamentais, estruturais e institucionais que esta política enfrenta diariamente. Contudo, o relato também lança luz sobre o papel dos NEGs como espaços de (re)existência, resistência e acolhimento na educação pública do estado de Pernambuco. Mesmo em um contexto de violências motivadas por ódio às diferenças de gênero, os NEGs conseguem despontar como uma agência de educação socialmente emancipatória. Através da formação constante de docentes e discentes, bem como do acolhimento à comunidade, constitui-se como espaço de resistência contra a

misoginia e a violência de gênero, promovendo a visibilidade e celebrando o valor das existências de mulheres, meninas e pessoas dissidentes sexuais e de gênero.

REFERÊNCIAS

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024** / B. G. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org/wp-content/uploads/2025/01/dossie-antra-2025.pdf>

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MECSEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Conselho Nacional de Saúde. Resolução n.º 466, de 12 de dezembro de 2012**. Dispõe sobre a ética em pesquisa envolvendo seres humanos. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, n. 112, 13 jun. 2013. Seção 1, p. 59-62. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?jornal=1&pagina=59>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>

BRASIL. Ministério das Mulheres; Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. **Relatório anual socioeconômico da mulher: RASEAM**. Ano 7, mar. 2025. Brasília: Observatório Brasil da Igualdade de Gênero/MMULHERES, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/publicacoes/raseam-2025.pdf>

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. 132 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>

JUNQUEIRA, Rogério. **Ideologia de gênero: uma ofensiva reacionária. Tempo e Presença**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: https://www.koinonia.org.br/tpdigital/uploads/Ideologia-de-Genero-KN_out_2018.pdf

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação Docente**. Belo Horizonte, v. 3, n. 04, p. 62-70, jan./jul.2011. Disponível em: <https://www.revformacaodocente.com.br/index.php/rbpfp/article/view>

LOURO, Guacira. Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica Argos, 2024.

GUERREIRO, I. C. Z. **Aspectos éticos da pesquisa qualitativa em saúde**. 2006. 230 f. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Organizador Curricular por Trimestre: Formação Geral Básica de Língua Portuguesa**. Recife: Secretaria de Educação, 2018. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/ensino-medio/>

PERNAMBUCO. **Decreto nº 35.051/2010**, de 25 de maio de 2010. Dispõe sobre a inclusão e uso do nome social de travestis e transexuais nos registros estaduais relativos a serviços públicos prestados no âmbito da administração pública estadual direta, autárquica e fundacional e das outras providências (Secretaria de Administração). Recife: Palácio do Campo das Princesas, [2000]. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/pe/decreto-n-35051-2010-pernambuco-dispoe-sobre-a-inclusao-e-uso-do-nome-social-de-travestis-e-transexuais-nos-registros-estaduais-relativos-a-servicos-publicos-prestados-no-ambito-da-administracao-publica-estadual-direta-autarquica-e-fundacional-e-da-outras-providencias>

PERNAMBUCO. **Lei nº 17.268, de 21 de maio de 2021**. Dispõe sobre o uso do nome social de transexuais e travestis nas relações mantidas com órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta e instituições privadas de educação, saúde, cultura e lazer no âmbito do Estado de Pernambuco. Recife, PE: Alep Legis, 21 maio 2021. Disponível em: <https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?tiponorma=1&numero=17268&complemento=0&ano=2021&tipo=&url=>

PERNAMBUCO. Secretaria de Defesa Social. **Violência doméstica e familiar contra a mulher**. Recife: SDS-PE, 2025. Disponível em: <https://www.sds.pe.gov.br/estatistica/40-estatisticas/178-violencia-domestica-e-familiar-contra-a-mulher>. Acesso em: 12 jul. 2025.

RICHARDSON, Roberto J. et al. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, R. G. e. **Núcleos de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: análise de sua institucionalização nas Escolas de Referência do Ensino Médio em Pernambuco**. 2015. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Sociais para o Ensino Médio) – Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2015